***Ab inclusione unius ad exclusionem alterius* ou da sentença de
proscrição.**

O mundo nunca esteve tão veloz e tão pequeno. Nas palavras de Zygmunt Bauman (2005:11): o mundo está "cheio". Nos últimos cinquenta anos, a tecnologia se desenvolveu mais do que em todo o resto da história da humanidade. O tempo e o espaço adquiriram uma nova conotação. Na casa moderna tem-se, através da televisão ou da internet, acesso a todas as partes do mundo, a todos os assuntos. São tantas as opções, que mudar de canal e visitar vários *websites* ao mesmo tempo passou a ser tão relevante quanto a ação de encontrar algo que se buscava *a priori*, ou seja, o movimentar se tornou um objetivo em si.

Por isso, os homens modernos estão sempre em movimento, mesmo quando acreditam estar parados. A questão é: mas para onde se vai? Ainda segundo Bauman, a trajetória da humanidade é rumo à liquefação, os homens são ou estão se tornando fluidos. A fluidez permite esse constante e incessante movimento. Se não fisicamente, busca-se estar, social e culturalmente conectados a vários lugares ao mesmo tempo.

Mas, se o homem sente toda essa fluidez, essa leveza, principalmente dentro das grandes cidades, nas quais o "ar liberta"; por outro lado, a capacidade de fazer parte de vários grupos, de estar envolvido em vários ambientes, não é sinônimo de um comprometimento profundo com uma constelação de atividades e valores nos quais todos se envolvem.

A fluidez da identidade moderna líquida é criada tal como um mosaico, em que se enxerga no todo o desenho, mas não há como de determinar as origens de suas partes. É esse um dos valores do individualismo, a não aproximação dos todos que formam o todo individual. Diferentemente, o que se observa é a colagem de cacos, de peças, de pedras, que formam o desenho de quem cada um é.

Um mergulho para a liberdade, o primeiro passo para a autonomia nessas circunstâncias, é delicado, visto que são as próprias circunstâncias que determinam a pouca profundidade das experiências e possibilidades de

experimentação de uma cultura subjetiva, de um movimento interior construído, não obrigatório.

Assim, quando as circunstâncias são favoráveis, quem irá querer se emancipar? Esse era o dilema de Herbert Marcuse, traduzido desta forma por Bauman:

Devermos nos emancipar, “libertar-nos da sociedade”, não era um problema para Marcuse. O que era o problema – o problema específico para a sociedade que “cumpre o que prometeu” – era a falta de uma “base de massas” para a libertação. Para simplificar: poucas pessoas desejavam ser libertadas, menos ainda estavam dispostas a agir para isso, e virtualmente ninguém tinha certeza de como a “libertação da sociedade” poderia distinguir-se do estado em que se encontrava” (BAUMAN, 2001:23).

Porém, quando as circunstâncias são nocivas, perversas, tudo é mais opaco, mais irreconhecível. O problema de uma desigualdade estrutural se faz presente (BAUMAN, 2005). A desigualdade estrutural aqui posta como a produção sistêmica moderna em massa de indivíduos residuais - não aptos a compartilhar os valores da consciência moderna - demonstra que mais do que uma questão de insuficiência de renda, o que está em jogo é a negação, para esses excluídos da dignidade, de uma possível experiência existencial de autonomia, de subjetividade, de aptidões necessárias (autocontrole, disciplina, capacidade comunicativa...) para existirem enquanto cidadãos.

Essa dimensão da desigualdade é apreendida em todas as partes do homem, tanto no intelecto, nos sentimentos, como no espírito, e naturalizado como parte da realidade dentro de uma sociedade.

Toda essa linguagem colabora para revestir o espírito dos que com ela se relacionam. Por isso, muitas vezes, apreender objetivamente os valores do da identidade nacional, se realiza de forma não reflexiva, pois o que à primeira vista pode parecer naturalmente relevante carrega em si uma proposição normativa. Os resultados desse código que encarnam nos indivíduos são relações automáticas de apreensão de valores, que se exteriorizam pela ação social do que o indivíduo pode ou não fazer. Ou seja, ao lado dessa ideia de pertencimento universal, de fazer parte de um povo, de uma nação, também

existe objetivamente uma limitação da maneira de ser de cada pessoa, de qual restaurante, lojas e lugares que se pode ou não frequentar, qual o bairro que supostamente deve-se morar, com quem se pode ou não conversar. Tudo isso segundo os valores que são apreendidos e o que os lugares dizem – por exemplo, em um sinal de trânsito com pedintes, talvez a melhor ação possa parecer fechar os vidros do automóvel – passa-se a não enxergar o outro como igual.

Esses estigmatizados, possuidores de uma identidade deteriorada – para usar os termos de Goffman (2008) – aprenderam "por uma sentença explícita ou um veredicto implícito, mas nunca oficialmente publicado, [que] tornaram-se supérfluos, imprestáveis, desnecessários e indesejados, e suas reações, inadequadas ou ausentes, transmitem a censura de uma profecia auto-realizadora". (BAUMAN, 2005:54). Resumindo as "pessoas supérfluas estão em uma situação em que é impossível ganhar" (BAUMAN, 2005: 55).

A situação existencial desses indesejados, que muito comumente desprovidos da consciência da linguagem sistêmica acabam por não constituir "um único grupo em sentido estrito, já que não tem capacidade para ação coletiva nem um padrão estável e totalizador de interação mútua" (GOFFMAN, 2008:32). Essa incapacidade realizar ações coletivas autônomas, a falta cognitiva do domínio das diversas linguagens moderna (legal, científica, cultural...), leva muitas vezes que a identidade e direitos dessas pessoas sejam elaborados e defendidos por "terceiros capacitados". Os quadros de advogados, cientistas sociais, administradores públicos, burocratas de todas as espécies, são aqueles que darão os contornos identitários, através de pareceres, de quem são e de que como os direitos dos estigmatizados serão postos em prática, na maioria das vezes isso ocorre forma precária.

Essa inclusão foi um desafio que a modernidade não conseguiu vencer, mesmo com todos os avanços civilizatórios da tentativa de homogeneização, da construção da igualdade e da liberdade caracterizada pela impessoalidade segundo uma cidadania como direito, tão bem reproduzida teoricamente por T. H. Marshall (1967). De fato, não há lugar para: os refugiados sudaneses cristãos, para os judeus da Etiópia, para os mulçumanos da Palestina, para as

meninas escravizadas no trabalho de prostituição nos garimpos brasileiros, para os desempregados, e tanto outros grupos.

Uma possível, mas brilhante resposta para esse fracasso foi elaborada por Stuart Hall (2006), para o autor a busca das soluções do Estado Moderno nos moldes liberal sempre se deu no mundo sistêmico, no qual a modernização societária se liga à lógica da ação instrumental e da escolha racional, sendo seus mecanismos de integração o dinheiro e o poder, porém tais mecanismos não possuem a capacidade de integrar a lógica da diferença, a lógica da cultura.

Assim, não podemos simplesmente reafirmar a liberdade individual e a igualdade formal (aquilo que o Novo Trabalhismo cordialmente denomina “igualdade de mérito!”), pois podemos perceber o quanto ambas são inadequadas às complexidades de vínculo, pertencimento e identidade introduzidas pela sociedade multicultural, e como profundas injustiças, exclusões sociais e desigualdades continuam a ser perpetuada em seu nome (HALL, 2006:84).

Dessa maneira, se é a esfera cultural da diversidade que são negadas aos grupos excluídos, é justamente nela em que estes agirão, mesmo que de forma débil e precária. Sob o ponto de vista teórico, pode-se por analogia pensar essas ações, esses comportamentos como ajustamentos secundários, utilizado por Goffman para demonstrar como internos de instituições totais agem para conseguir,

(...) satisfações proibidas ou obtenham, por meios proibidos, as satisfações permitidas (...) Os ajustamentos secundários dão ao internado uma prova evidente de que é ainda um homem autônomo, com certo controle de seu ambiente; às vezes, um ajustamento secundário se torna quase uma forma de abrigo para o eu (GOFFMAN, 2007:54).

Usando-se o conceito de ajustamentos secundários de forma mais ampla, como meios de se reconhecer autônomo, ou uma forma de preservação do eu, pode-se pensar que tais processos se deem em grupos marginalizados e não somente em internos de instituições totais. Alguns exemplos desse tipo podem ser observados: a) os escravos no Brasil se utilizaram de santos católicos, nomeando-os como os orixás de sua terra natal; b) O sincretismo religioso dos

neopentecostais que se utilizam das práticas da umbanda e do candomblé em seus cultos; c) a formação de um parlamento que ocorre debaixo das árvores no campo de refugiados de Darfur; d) mesmo de forma mais dramática, o namoro escondido e proibido das meninas escravas da prostituição.

Como foi dito anteriormente, os ajustes secundários são recursos à sobrevivência, embora por vezes em casos bem específicos geraram um grau de autonomia bastante elevado, como é o caso da internalização de formas de associativismo, e até uma capacitação cognitiva bastante sofisticada, ocorridas com refugiados ou imigrantes que se deslocam para países centrais, e lá acabam por criar organizações e associações que agregam um alto teor de cidadania sistêmica. São exemplos as associações de defesa de mulheres de países muçulmanos mais radicais, as associações de refugiados, organizações em favor da liberdade religiosa e de expressão; no Brasil um caso paradigmático foi a organização do movimento gay, então muito estigmatizado, entorno do problema da AIDS, tendo como resultado um programa de saúde pública para área que se tornou referência mundial.

Mas na maioria dos casos, principalmente para aqueles que não possuem recursos críticos para realizar esse salto de cidadania, os que permanecem em sua condição precária de sobrevivência, os ajustamentos secundários são formas de resistência do mínimo do eu que ainda não foi mortificado.

Concluindo, enquanto o Estado moderno burguês liberal se utilizar do mote da sua mais famosa Revolução, a francesa em relação: a liberdade, a igualdade e a fraternidade de forma impessoal, através do sistema legal, da burocracia, das ações instrumentais para homogenizar a ideia de cidadania sem levar em conta as dimensões culturais, dificilmente o problema da exclusão de grupos não aptos ao mundo sistêmico será resolvido.

Uma resposta a esse dilema não pode ser posto prescritivamente, não existe uma resposta acabada para uma abordagem tão complexa. A visão do problema já é um grande feito, talvez o que humildemente se possa dizer é que a solução da desigualdade passa sobre tudo pelo respeito às diferenças.

Referências Bibliográficas

BAUMAN, Zigmunt (2005). *Vidas desperdiçadas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 170 p.

BAUMAN, Zigmunt (2001). *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 257 p.

MARSHALL, T. H. (1967). *Cidadania e classe social*. In: _____. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, p. 57-114.

GOFFMAN, Erving (2008). *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4 ed. Rio de Janeiro: LTC, 158 p.

GOFFMAN, Erving (2007). *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 312 p.

HALL, Stuart (2006). *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte, UFMG.

SANTOS, Carlos Nelson F. dos (1985). *Preservar não é tombar, renovar não é pôr tudo abaixo*. Rio de Janeiro. (Texto datilografado). 18 p.